



Gestão de segurança pública: análise da segurança promovida pela implantação de uma UIPP no bairro Terra Firme em Belém – Pa.

Marcia Athayde Moreira¹

Katya Regina Batista²

Layse Corrêa de Moraes

Maria Mariza de Freitas Beckman

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo investigar como a política de segurança pública de polícia comunitária, implantada em Belém do Pará, no bairro da Terra Firme através de uma UIPP (Unidade Integrada Pró Paz), contribuiu para aumentar a sensação de segurança, sob a ótica dos moradores desse bairro, tendo como recorte observacional os resultados obtidos pelo trabalho realizado no período de 2009 a 2014. Tratam-se de ações governamentais ligadas diretamente às demandas das populações dos bairros com maiores índices de criminalidade existentes na capital paraense. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento, com aplicação de 300 questionários contendo oito questões fechadas à moradores com idades entre 30 e 59 anos, no período de março e abril de 2015. Como resultados observa-se que 90% dos moradores conhecem a UIPP, 87,3% aprovaram a implantação, 89,3% já foram vítimas de violência ou conhecem quem já foi vítima, sendo que 50,8% afirmaram que mudaram seus hábitos ou abriram mão de realizar algumas atividades para se proteger da violência. Por fim, observou-se mudança na sensação de segurança após a implantação da UIPP, sendo que antes 26,3% dos moradores se sentiam seguros e atualmente 43,6% se sentem seguros. Conclui-se que os resultados da pesquisa apontam para a valorização da polícia comunitária com a premissa de aproximar o policial do cidadão, criando laços de confiança entre os mesmos, compreendendo o papel dos diversos atores, de como se dá a gestão da política pública e qual é contribuição de cada um dos envolvidos na construção de uma sociedade melhor.

Palavras-chave: gestão pública; segurança pública, polícia comunitária.

1 INTRODUÇÃO

É senso comum que cabe ao governo oferecer segurança e justiça criminal, tanto em níveis nacionais quanto internacionais, à população de uma nação. Azambuja (2008) declara que o bem público pode ser resumido em dois bens sociais fundamentais, a segurança e o progresso dos indivíduos, devendo para isso o Estado protegê-los e auxiliá-los. Partindo desse entendimento, observa-se a segurança nacional como um bem público.

¹ Doutora em Ciências Contábeis. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPAD - UNAMA.

Email. athayde.marcia@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração. E-mail. Katybatista.ifpa@gmail.com

Realização:



Apoio:





No Brasil, determinados bens ou serviços, inclusive a segurança, assim como estabilidade econômica, a ciência, a governança honesta, o ambiente limpo e a liberdade de expressão são denominados especiais porque seus benefícios não se restringem àqueles que de fato têm financiado a sua produção, ou seja, os contribuintes adimplentes. Pelo contrário, mesmo as pessoas que não participam no seu financiamento também são beneficiadas por eles. Por esse motivo, são chamados bens ou serviços públicos, com caráter opositor aos bens e serviços privados, que beneficiam exclusivamente as pessoas que por eles pagam (AZAMBUJA, 2008).

Dessa maneira, a segurança pública tornou-se um dos bens mais questionados pela sociedade, que prima pelo direito de se sentir segura no desenvolvimento das suas atividades cotidianas. No entanto, a sensação de insegurança que atormenta a sociedade tem colocado em cheque a eficácia da gestão das políticas de segurança adotadas pelo governo, em nível nacional, estadual e regional.

Nesse contexto que se destaca Belém, que como tantas outras metrópoles brasileiras, não foi beneficiada por um planejamento urbano que garantisse à população melhores condições de habitação e qualidade de vida. A capital paraense é cercada de áreas periféricas e habitações irregulares, entre as quais destaca-se o bairro da Terra Firme, originalmente batizado de com o nome de Montese, mas que ganhou o nome Terra Firme com o passar dos anos por ser formado por terras firmes e altas próximas as áreas alagadas pelo rio Tucunduba, que perpassa os bairros de Canudos e do Guamá (PMB, 2016). O território que abriga o bairro era composto por terras de propriedade da União, cuja ocupação irregular privou, por anos, os moradores de infraestrutura e saneamento básico necessários e privilegiou a ação criminosa que se beneficiou da ocupação irregular e ausência efetiva do Estado para atuar naquela região.

O bairro Terra Firme é classificado pelo Anuário de Belém do ano de 2011 como o 6º bairro mais populoso. Em 2009, foi o bairro com maior número de homicídios da Região Metropolitana de Belém, o que desencadeou, na época, manifestações da sociedade civil organizada pela intensificação do policiamento ostensivo nas ruas como estratégia para coibir a ação de criminosos. Esse fato levou à elaboração da agenda do governo estadual contemplar ações específicas para áreas urbanas consideradas de risco, o Programa Segurança Cidadã, com a finalidade de aproximar a Polícia Militar da comunidade e reduzir os índices de criminalidade.

Assim, partir de 2009, a Polícia Comunitária foi adotada como um dos pilares da segurança pública no estado do Pará e a Terra Firme foi beneficiada com bases comunitárias e UIPP's (Unidade

Realização:



Apoio:





Integrada Pró Paz). Neste contexto da gestão governamental no combate à criminalidade, investiga-se como a política de segurança pública de polícia comunitária, implantada no bairro da Terra Firme através da UIPP, contribuiu para aumentar a sensação de segurança, sob a ótica dos moradores desse bairro, tendo como recorte observacional os resultados obtidos pelo trabalho dos policiais no período de 2009 a 2014.

A pesquisa se justifica pela importância atribuída à gestão de políticas de segurança pública, haja vista as recorrentes discussões em nível local e nacional sobre a violência urbana. Nos meios de comunicação de massa, se observa a exploração da violência urbana que deixa de ser um assunto tratado exclusivamente por chefes de estado, secretários de segurança e agentes policiais e passa a ser assunto constantemente debatido em todas as esferas da sociedade, sem exceção, inclusive na academia. Justifica-se ainda a temática a partir do entendimento de que a questão é de grande importância, haja vista a segurança pública ser considerada um dos grandes desafios do país, fundamentalmente em vista da crescente criminalidade e ainda considerando que o gestor público tem o dever de oferecer segurança a toda população.

Diante desse panorama, o modelo de policiamento comunitário surge como um novo modelo de polícia mais bem preparada, principalmente para se relacionar com os cidadãos no contexto de uma sociedade democrática, haja vista que a filosofia de polícia comunitária vem, sobretudo, para aproximar a comunidade da polícia, contribuindo para a construção e sedimentação de um novo modelo pautado no conceito de defesa social, com maior participação da comunidade nas ações de polícia, fortalecendo assim, o que preconiza a Constituição de 1988 em seu art. 144, a qual confere suporte jurídico para o envolvimento das comunidades na produção de segurança, ao estabelecer o princípio segundo o qual a segurança é responsabilidade de todos.

Dessa forma a presente pesquisa pretende contribuir com a discussão de mais um caso de gestão de políticas públicas para resolução de problemas sociais complexos, aqui a implantação de uma UIPP em Belém - Pa.

Metodologicamente é uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento, com aplicação de 300 questionários contendo oito questões fechadas à moradores com idades entre 30 e 59 anos, no período de março e abril de 2015. Além dessa introdução a pesquisa apresenta quatro seções, sendo que na próxima seção será apresentada a revisão de literatura, na terceira seção são apresentados

Realização:



Apoio:





os aspectos metodológicos, na quarta seção são apresentados os resultados da pesquisa de campo e por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Sapori (2007) traça um paralelo entre os sistemas de segurança pública de países desenvolvidos e países latino-americanos, afirmando que, enquanto a maior preocupação dos países desenvolvidos é o terrorismo, nos países latinos a grande problemática da segurança se concentra na criminalidade urbana, ou seja, a violência praticada pelos seus próprios membros.

No Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, está previsto que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988).

Ainda segundo Sapori (2007), a gestão da segurança pública no Brasil é estruturada de forma hierarquizada e com funções pré-estabelecidas em seus núcleos operacionais. Porém as ações imediatistas, sem bases diagnósticas, contemplam um desperdício de recursos do Estado em detrimento ao momento de caos ou violência e não com bases consistentes, pesquisadas onde se poderia planejar e estruturar ações preventivas e não reativas ou imediatistas.

Nesse contexto destaca-se a necessidade da gestão de políticas públicas de segurança, que, segundo Guareschi et al. (2004, p.180) são “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas”. Albuquerque (2009) ressalta que as forças policiais e as comunidades começam a compreender o quanto necessitam da outra na produção da segurança, pois ambas passam a ser agraciadas com os benefícios. Para o público, maior prevenção da criminalidade, menos medo e maior responsabilização por parte da polícia, sendo que o apoio e o respeito da comunidade resgatam, fortalecem e intensificam a motivação policial.

2.1 Políticas de ação da polícia comunitária no mundo

Segundo Albuquerque (2009), a polícia comunitária, como é denominada a polícia com função pacificadora de comunidades, é modelo vigente em países como Austrália, Dinamarca,

Realização:



Apoio:





longo, realizam visitas escolas, grupos de jovens e familiares, patrulhamento a pé ou de bicicleta, além de desenvolverem contatos pessoais com a comunidade, o que pode ser uma das fontes principais de informações para ações preventivas e conquista da confiança dos moradores.

Como referência ao policiamento comunitário, a experiência da cidade de Oslo, a capital Norueguesa, é a mais sólida do país. Nela, existem postos de policiamentos que funcionam como miniaturas de delegacias, se responsabilizando por todos os aspectos do policiamento, exceto a investigação criminal.

No Japão, o modelo de polícia comunitária foi adotado desde o fim da 2ª Guerra Mundial, portanto o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma. Lá existem os postos de policiamento japoneses que são conhecidos por *koban*. Bayley e Skolnick descrevem os *koban's* da seguinte forma:

São miniaturas de delegacias de polícia, responsável por todos os aspectos de policiamento, com exceção da investigação criminal – recebem denúncias, respondem a solicitações de serviço, propiciam informação e aconselhamento, patrulham a pé ou de bicicleta, organizam a prevenção do crime na comunidade, e desenvolvem contatos pessoais (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 24-25).

Pode-se constatar que os cidadãos japoneses participam de todo o processo de policiamento desde a identificação dos problemas até o patrulhamento nas ruas. A polícia japonesa não trabalha sozinha, há uma difusão da segurança como responsabilidade de todos os cidadãos que em parceria com a polícia dedicam-se a prevenção de crimes. Ainda de acordo com Bayley e Skolnick, (2006), essa parceria pode ser facilmente identificada nas visitas de policiais na casa dos moradores e aos pontos comerciais, que ocorrem ao menos uma vez ao ano. Durante as visitas os policiais perguntam sobre problemas, pedem sugestões aos moradores e oferecem serviços ainda conseguem obter informações sobre situações que podem oferecer risco a vizinhança.

Oficiais brasileiros foram oportunamente enviados para o Japão para conhecer melhor a técnica e a experiência japonesa em policiamento comunitário. Entre estes o autor e coordenador do Projeto Segurança Cidadã e do PROERD no Estado do Pará. Segundo o Portal da JICA - *Japan International Cooperation Agency* (2011), totalizou-se 6.146 (seis mil, cento e quarenta e seis) multiplicadores treinados em todo o Brasil e mais de 60 (sessenta) oficiais de diversos estados brasileiros foram capacitados no Japão.

Realização:



Apoio:





Como exemplo de ações em território nacional, destaca-se a iniciativa da SENASP, do estado de São Paulo, que através do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), desenvolve o Projeto Territórios da Paz, no qual uma das ações é a difusão do modelo de Policiamento Comunitário.

2.2 A segurança pública no Pará

De acordo com dados do Governo do Estado do Pará (PARÁ, 2015), a ação da polícia comunitária está inserida no projeto PROPAZ. Porém, em seu projeto inicial, no ano 2004, durante o segundo mandato do então Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, o PROPAZ não previa os trabalhos de policiamento comunitário. A proposta do programa era viabilizar ações de inclusão social para o seu público alvo, com apoio das secretarias executivas do governo estadual e das outras esferas do poder executivo.

Apesar das ações realizadas, em seu primeiro momento o PROPAZ não alcançou relevantes resultados especialmente no que diz respeito ao combate à violência e redução dos índices de criminalidade que preocupavam a sociedade como um todo.

Com o início do mandato subsequente, o PROPAZ deu espaço para um segundo programa que trouxe uma abordagem mais voltada para a segurança pública, o qual ficou conhecido como Segurança Cidadã. O Plano Estadual de Segurança Cidadã (PARÁ, 2009) esclarece que o governo do estado considerou que as políticas de segurança pública nacionais anteriores beneficiavam apenas as elites locais e as próprias instituições de segurança pública. A população, além de ter grandes problemas de cunho social, ainda tinha que enfrentar a discriminação, o autoritarismo e o descaso do poder público, ficando cada vez mais vulnerável aos riscos sociais e à criminalidade.

Deluchey (2005) realizou uma pesquisa que apresentou resultados preocupantes para a segurança pública do Pará. Identificou o grau de preocupação com a segurança no interior do Pará em 90,4% e não obstante os índices de preocupação alarmante dos moradores do interior, na capital o índice foi de 94,4% de preocupação para os moradores. O referido autor também analisou o nível de desconfiança entre policiais e moradores e concluiu que na proporção de um para quatro policiais consideram os cidadãos comuns como suspeitos potenciais. Os resultados demonstraram que tanto a população quanto a polícia precisavam que medidas urgentes fossem tomadas para que ambos pudessem conviver pacificamente e estivessem juntos na criação de medidas que combatessem a criminalidade.

Realização:



Apoio:





Diante da problemática da Segurança Pública, dos anseios da população por um espaço de convivência mais harmonioso e da vontade do Estado em amenizar e dar uma resposta à população paraense avaliou-se à época, como um modelo de segurança adequado para atual conjuntura paraense, o modelo baseado no modelo japonês, visto que este modelo vinha sendo realizado com efetividade naquele país asiático (PARÁ, 2009).

Em 2009, o governo estadual inicia a construção das bases comunitárias. Foram construídas três bases comunitárias de 40m² cada, que estão localizadas nos bairros: Terra Firme, na Avenida Perimetral; Bairro Guamá, na Avenida Castelo Branco com a Passagem Alvino; e Bairro Tapanã, no Conjunto Tapajós. As bases foram construídas com recursos do PRONASCI programa do Governo Federal. Os recursos recebidos foram investidos em construção civil, aquisição de uma viatura, aquisição de duas motocicletas, aquisição de um microcomputador; aquisição de uma impressora; aquisição de mesa e cadeiras. Na base comunitária trabalham quatro Policiais Militares e um sargento que é responsável pela base.

Além das bases comunitárias, foram lançadas duas campanhas, a primeira foi o PROERD, inspirado no *Drug Abuse Resistenc Education* (DARE), programa dos Estados Unidos, chegou ao Brasil em 1992, através do Polícia Militar do Rio de Janeiro e ao Pará em 2004, mas apenas em 2011 o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) foi institucionalizado na Polícia Militar do Pará. A missão do PROERD é Cooperar para a construção de uma sociedade saudável, feliz e sem drogas, com crianças informadas e preparadas para tomar decisões corretas, vantajosas e dizer não as drogas. O programa é dividido em 10 lições ministradas a alunos do 5º ao 7º anos do Ensino Fundamental e trata sobre assuntos como violência, álcool e drogas.

A segunda ação teve como foco as festas de aparelhagem. Estudos da Polícia Militar descobriram que quando as festas de aparelhagem eram anunciadas os crimes na região aumentavam. Conhecido por ser um estilo musical mais frequente entre o público de baixa renda e pouca escolaridade, Lima (2008) afirma que o tecnomelody é um gênero musical popular surgido no estado do Pará, no início dos anos 2000, tratando-se de uma fusão da tradicional música brega com a música eletrônica, tendo, portanto, a tecnologia e as aparelhagens como elementos fundamentais das festas ocorridas principalmente nas áreas periféricas da cidade.

A proliferação das festas de aparelhagens pela cidade de Belém se dá em razão da influência da própria cultura urbana contemporânea cosmopolita, provocando o que Lemo e Castro (2013, p. 44) denomina de “gravitação dos produtos culturais de elite e das expressões da cultura popular em torno da filosofia do dinheiro e do mercado”. Em tal cenário, Couto (2008) aponta que a busca por dinheiro é

Realização:



Apoio:





Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), que atuam de forma integrada a partir de projetos de aproximação com a comunidade e a implementação de políticas sociais.

A primeira UIPP foi instalada em 06 de dezembro de 2011 no bairro da Terra Firme, com ações direcionadas para os jovens de 12 a 18 anos de idade pertencentes à comunidade do bairro e em situação de vulnerabilidade social, implementando-se políticas públicas de prevenção à criminalidade, tais como atividades esportivas e de lazer. Os policiais atuantes na UIPP foram treinados na filosofia da Polícia Comunitária, mas também atuam no recebimento e atendimento de denúncias de crimes, em conjunto com a Polícia Civil.

A grande diferença da UIPP para as delegacias, seccionais e PM *box*'s que ainda existem, é que ela foi idealizada como um núcleo de interação com a comunidade e no seu espaço é desenvolvido atividades de cunho educativo e sociocultural que contribuem para afastar os moradores da criminalidade ao passo que aproxima da polícia e da cidadania. Portanto, é importante conhecer quais ações de prevenção são utilizadas pela Polícia Militar no desenvolvimento das estratégias nas comunidades (PARÁ, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento. Para a realização da pesquisa foi utilizado um questionário contendo oito questões fechadas, sendo sete binárias do tipo Sim/Não e uma escalar, as quais versaram sobre a temática em questão, possibilitando o fácil entendimento do respondente e garantindo a uniformidade e padronização dos resultados.

Os moradores foram arguidos da seguinte forma: 2. Se conhecer aprova a implantação da UIPP no bairro? 3. Você ou algum membro de sua família foram vítimas de violência no bairro ou conhece alguém que foi vítima de violência no bairro? 4. Deixou de fazer alguma atividade/mudou de hábitos pelo motivo da violência? 5. Atualmente você mudaria do bairro por motivo de violência? 6. Você se sentia seguro antes da implantação da UIPP no bairro da Terra Firme? 7. Atualmente, você e sua família se sentem mais seguros no bairro? Adicionalmente foi realizada uma questão sobre a imagem do trabalho da polícia comunitária no bairro.

A população total do bairro em 2010, segundo a Prefeitura Municipal de Belém era de 55.545 pessoas. Foram entrevistados 300 moradores com idades entre 30 e 59 anos em pontos dispersos, bem

Realização:



Apoio:



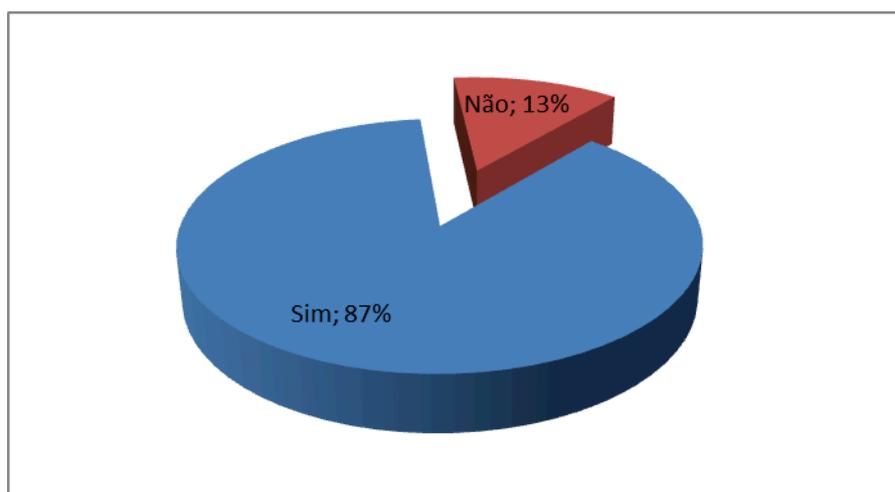
Na sequência os moradores foram questionados se aprovam a implantação da UIPP no bairro. Quando questionados, 87,% dos participantes da pesquisa disseram aprovar a implantação da UIPP no bairro, observando-se, portanto, grande aprovação à presença constante da polícia no local (tabela e gráfico 2).

Tabela 02 - Sobre aprovar a implantação da UIPP no bairro

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

| | SIM | NÃO | Total |
|--------------|------------|------------|-------------|
| Respondentes | 87% | 13% | 100% |
| Total | 87% | 13% | 100% |

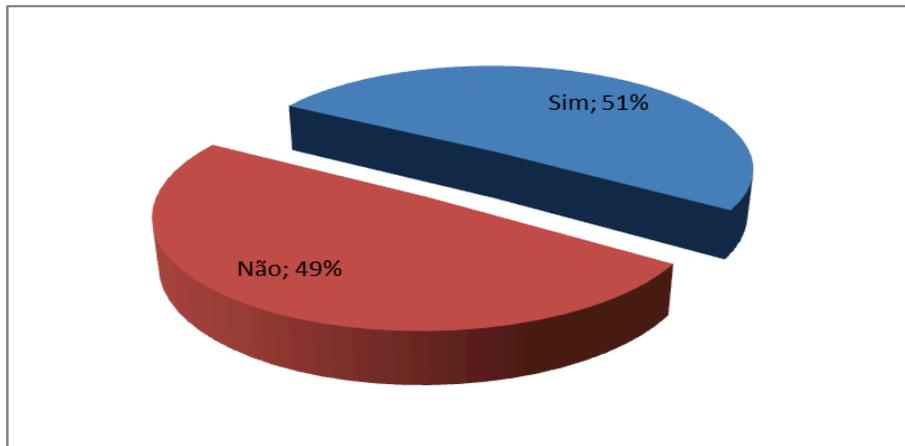
Gráfico 2. Sobre aprovar a implantação da UIPP no bairro



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Com o objetivo de mensurar o quanto a violência tem vitimado os moradores no bairro, perguntou-se ao morador entrevistado se conhecia alguém que foi vítima de violência dentro do bairro, membro se sua família ou não, e descobriu-se que 90% afirmaram conhecer alguém vítima da violência praticada dentro da Terra Firme. Os números são altos e denotam a insegurança vivida pelos moradores (Tabela e Gráfico 3).

Gráfico 4. Sobre a mudança de hábitos por motivo de violência



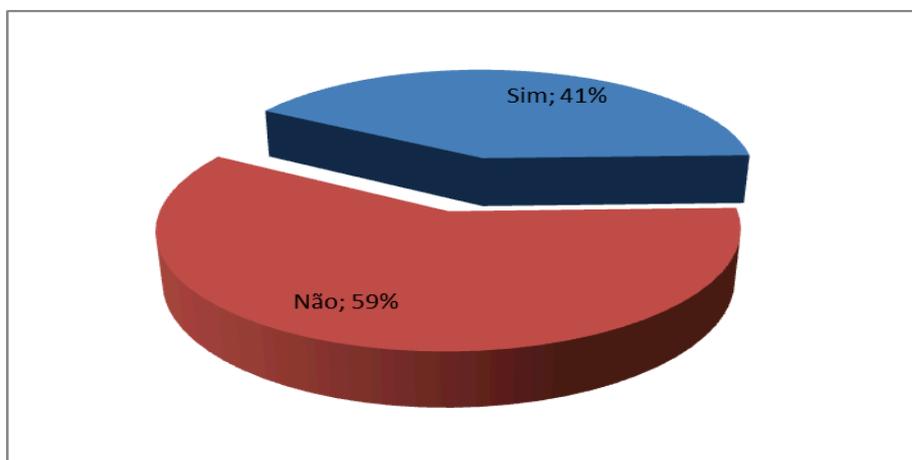
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Sobre a intenção de mudar de bairro para se resguardar da violência, a resposta obtida foi que 59% dos entrevistados não possuem a intenção de mudar de bairro (Tabela e Gráfico 5). É interessante tecer a seguinte observação: das pessoas que afirmam que não estiveram intencionadas a mudar de bairro, 82,9% já foram vítimas de violência ou tiveram algum familiar ou conhecem alguém que já foi vítima de violência.

Tabela e Gráfico 05 - Sobre mudar do Bairro por motivo de violência

| | SIM | NÃO | Total |
|--------------|------------|------------|-------------|
| Morador | 41% | 59% | 100% |
| Total | 41% | 59% | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

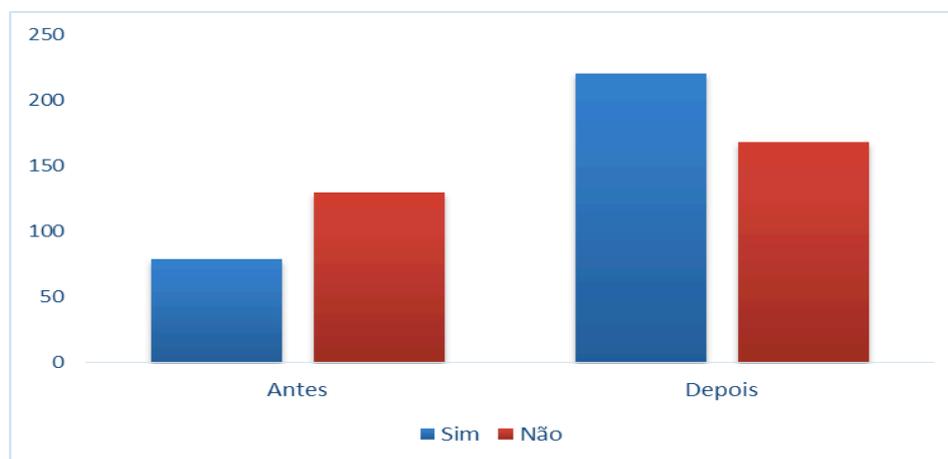
Por fim, os moradores foram questionados sobre a sensação de segurança, antes e depois da UIPP. Foram realizadas duas perguntas na sequência, sendo: você se sentia seguro antes da implantação da UIPP no bairro da Terra Firme? E, atualmente, você e sua família se sentem mais seguros no bairro? De acordo com as respostas, 26,3% dos entrevistados afirmaram sentirem-se seguros no bairro antes da implantação da UIPP. Ao passo que após cinco anos da implantação do policiamento comunitário, os resultados apontam que 43,6% dos entrevistados se sentem mais seguros, conforme pode-se observar na tabela 6 e no gráfico 6.

Tabela 06 - Sensação de segurança antes e depois da implantação da UIPP no bairro

| | SIM | NÃO | Total |
|---------------|-------|-------|-------|
| Entrevistados | 26,3% | 73,7% | 100% |
| Entrevistados | 43,6% | 56,4% | 100% |
| Total | | | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 6. Sensação de segurança antes e depois da implantação da UIPP no bairro



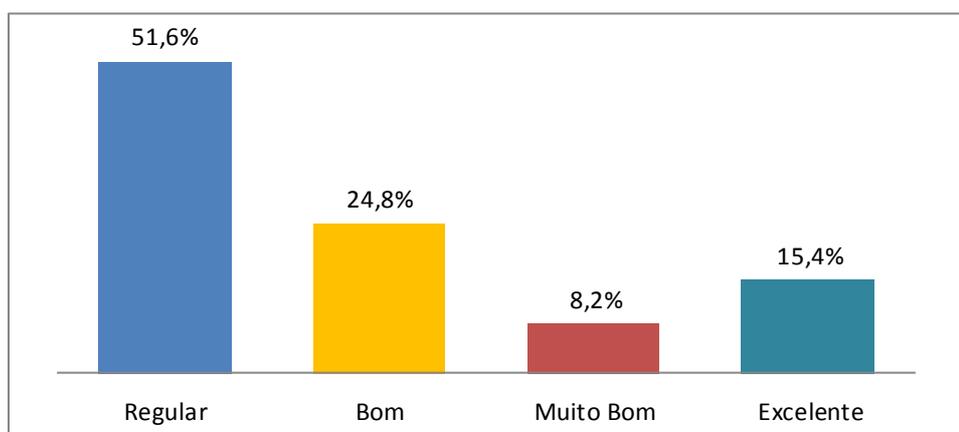
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Resumindo os resultados encontrados, 90% dos moradores conhecem a UIPP, sendo que 87% aprovaram a implantação, 90% já foram vítimas de violência ou conhecem quem já foi vítima, sendo que ao longo dos anos 51% afirmaram que mudaram seus hábitos ou abriram mão de realizar algumas atividades para se proteger da violência. Por fim, observou-se que a sensação de segurança mudou pouco após a implantação da UIPP, onde antes da implantação 26,3% dos moradores se sentiam seguros e atualmente 43,6% se sentem mais seguros.

4.2 Avaliação da atuação dos policiais na UIPP da Terra Firme

Adicionalmente, a pesquisa buscou conhecer a imagem que os moradores do bairro têm dos policiais lotados na UIPP, em relação à atuação dos policiais no bairro, onde se solicitou que os entrevistados qualificassem o trabalho das polícias em Excelente, Boa, Muito Boa ou Regular (Gráfico 7), não tendo sido dado a opção ruim ou péssimo, para não induzir os moradores a desqualificar o trabalho da polícia comunitária.

Gráfico 7. Avaliação dos policiais que atuam na unidade da Terra Firme



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Portanto, 52% dos entrevistados qualificam o trabalho dos policiais atuantes na UIPP como: Regular; 25% afirmam que o trabalho dos policiais é Bom; 8% definem o trabalho dos policiais como Muito Bom e 15% declara que a atuação dos policiais é excelente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura e a experiência internacional indicam que a política de polícia comunitária é um avanço para a segurança pública, pois faz o alinhamento entre o atendimento às necessidades emergentes do regime democrático e aquelas provenientes do aumento da criminalidade. No entanto, à despeito da importância da política, os esforços realizados na UIPP da Terra Firme indicaram avanços tímidos no combate a violência e aumento da sensação de segurança, de acordo com a percepção dos moradores do bairro. Nos resultados obtidos na pesquisa, os moradores reconhecem e aprovam a implantação da UIPP, porém, a percepção de aumento da segurança mudou pouco. Tendo a atuação das polícias comunitárias sendo qualificada prioritariamente como regular.



Assim, os resultados da pesquisa apontam para a valorização do aspecto da polícia comunitária com a premissa de aproximar o policial do cidadão, criando laços de confiança entre os mesmos, para que as autoridades estejam munidas de informações verídicas e assim possam criar estratégias realmente eficazes. Nesse contexto, é importante informar a importância do papel atuante do cidadão no processo de melhoria. Este, por sua vez, precisa compreender o papel dos diversos atores, de como se dá a gestão da política pública e qual é contribuição de cada um dos envolvidos.

Considera-se assim atingido o objetivo da pesquisa, o qual não é encerrar a discussão em torno da segurança pública ou da polícia comunitária nas unidades PROPAZ e sim ampliar espaços de debates com o propósito de contribuir para que a sociedade paraense e principalmente a população de Belém e dos bairros mais atingidos pela violência urbana sejam mais bem assistidos pelo poder público e, em contrapartida, a população contribua com informações e reivindicações para que o Estado possa atender aos seus anseios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu R. de. **Matriz Curricular Nacional e a formação do policial comunitário em perspectiva comparativa: aspectos sociais e pedagógicos**. 2009. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade Horizontes, São Paulo, 2009.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. 1 ed. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Ed USP, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?>> Acesso em 29/04/2015.

BELÉM (Cidade). **Anuário Estatístico do Município de Belém 2011**. Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão, Prefeitura Municipal de Belém, Belém: 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011. Acesso em: 12/01/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

COSTA JR, Osmar. **Proerd: é paidégua dizer não às drogas**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://saibadascoisas.blogspot.com.br/2012/08/proerd-e-paidegua-dizer-nao-as-drogas.html>>. Acesso em: 26/10/2012.

_____ **UIPP do Pará é divulgada para todo o Brasil**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://saibadascoisas.blogspot.com.br/2012/10/uipp-do-para-e-divulgada-para-todo-o.html>>. Acesso em: 26/10/2012.

Realização:



Apoio:





COUTO, Ayala Colares de O. **Do global ao local: a geografia do narcotráfico na periferia de Belém.** Caderno de Segurança Pública, Rio de Janeiro, v.1-13, 2012.

FRANK, Robert H; BERNANKE, Ben S. **Princípios de economia.** 4 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

GUARESCHI, N. *et al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer; JAEGER, Fernanda P.; STREY, Marlene N. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas.** Vol. 2. Gênero e contemporaneidade. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.

LEMONS, Ronaldo; CASTRO, Joana. **Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013 (Tramas Urbanas; 9).

LIMA, A. F. **É a festa das aparelhagens!** – Performances Culturais e Discursos Sociais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Belém: UFPA, 2008.

MOTA, Luís Filipe de Oliveira. **Implementação de políticas públicas em quadros de public governance colaboração interorganizacional como fator-chave: o caso dos centros novas oportunidades do distrito de Lisboa.** Lisboa, 2010. 133p. Dissertação (Mestre em Sociologia das Organizações e do Trabalho) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em:

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3016/2/dissertacao_Luis_Mota.pdf>. Acesso em: 15/05/2015.

PARÁ (Estado). **Segurança Cidadã** – Plano Estadual de Segurança Pública. Governo do Pará, 2009.

SANTOS, Glauber Eduardo de O. **Cálculo amostral:** calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 06/04/2015.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública No Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=hTWh6rh1K0cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 12/05/2015.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho**, Portaria SENASP nº 014/2006 - Brasília – DF, 2006. Disponível em: <<http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/MultiplicadorPolComunitaria.pdf>>. Acesso em: 27/02/2015.

SOUZA, Vinicius R. A. **A existência inexistente da música brega.** In. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, nº 5. Salvador, 2009.

Realização:



Apoio:

